

2  
for.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

## 8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

### 8.1.1 IDENTIFICAÇÃO

**Identificação:** INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E DA JUVENTUDE, IP

**Endereço:** Rua Rodrigo da Fonseca, nº 55 1250- 190 Lisboa

**Tutela:** Presidência do Conselho de Ministros

**Regime Jurídico:** Instituto Público

**Regime Financeiro:** Autonomia Financeira e Administrativa e Património próprio

### 8.1.2 LEGISLAÇÃO

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., abreviadamente designado IPDJ, I. P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio.

A criação desse organismo (IPDJ, I. P.), — materializa -se numa fusão entre as entidades das áreas do desporto e da juventude integradas na administração indireta do Estado, na manutenção da cooperativa de interesse público de responsabilidade limitada MOVIOJovem, onde existe participação maioritária de capital público, e, bem assim, na extinção da FDTI, entidade integralmente detida por capitais públicos, com a conseqüente absorção das respetivas atribuições.

O IPDJ, I. P., terá por missão apoiar a definição, execução e avaliação da política pública do desporto, promovendo a generalização do desporto, bem como o apoio à prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros.

A preservação da ética no desporto será ainda um dos escopos essenciais do IPDJ, I. P. De igual modo, o IPDJ, I. P., visa dinamizar o apoio ao associativismo, ao voluntariado e promoção da cidadania, à ocupação de tempos livres, à educação não formal, à informação e à mobilidade geográfica dos jovens em Portugal e no estrangeiro.

Pretende -se, ainda, revitalizar o turismo jovem, em particular no que respeita à rede de pousadas da juventude e ao Cartão Jovem, de modo a incrementar a mobilidade, com ganhos de eficiência e economia.

A Agência para a Gestão do Programa «Juventude em ação» passa a beneficiar do apoio logístico, administrativo e financeiro deste novo organismo.

Do trabalho desenvolvido para apuramento de disfuncionalidades e possibilidades de racionalização e eficiências económicas resultou que todas as instituições analisadas apresentam despesas de pessoal e custos de funcionamento muito acima das verbas disponíveis para a prossecução dos seus próprios objetivos. Em alguns casos a desproporção é superior a dois terços. Esta situação é especialmente flagrante em matéria de encargos financeiros com quadros dirigentes, cuja multiplicação e dispersão tornam inviável um rigoroso escrutínio sobre a justificação da sua existência ou efeito útil para a atividade das instituições.

### 8.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional efetiva está esquematizada sob a forma do organograma aposto no presente relatório. Ver Organograma

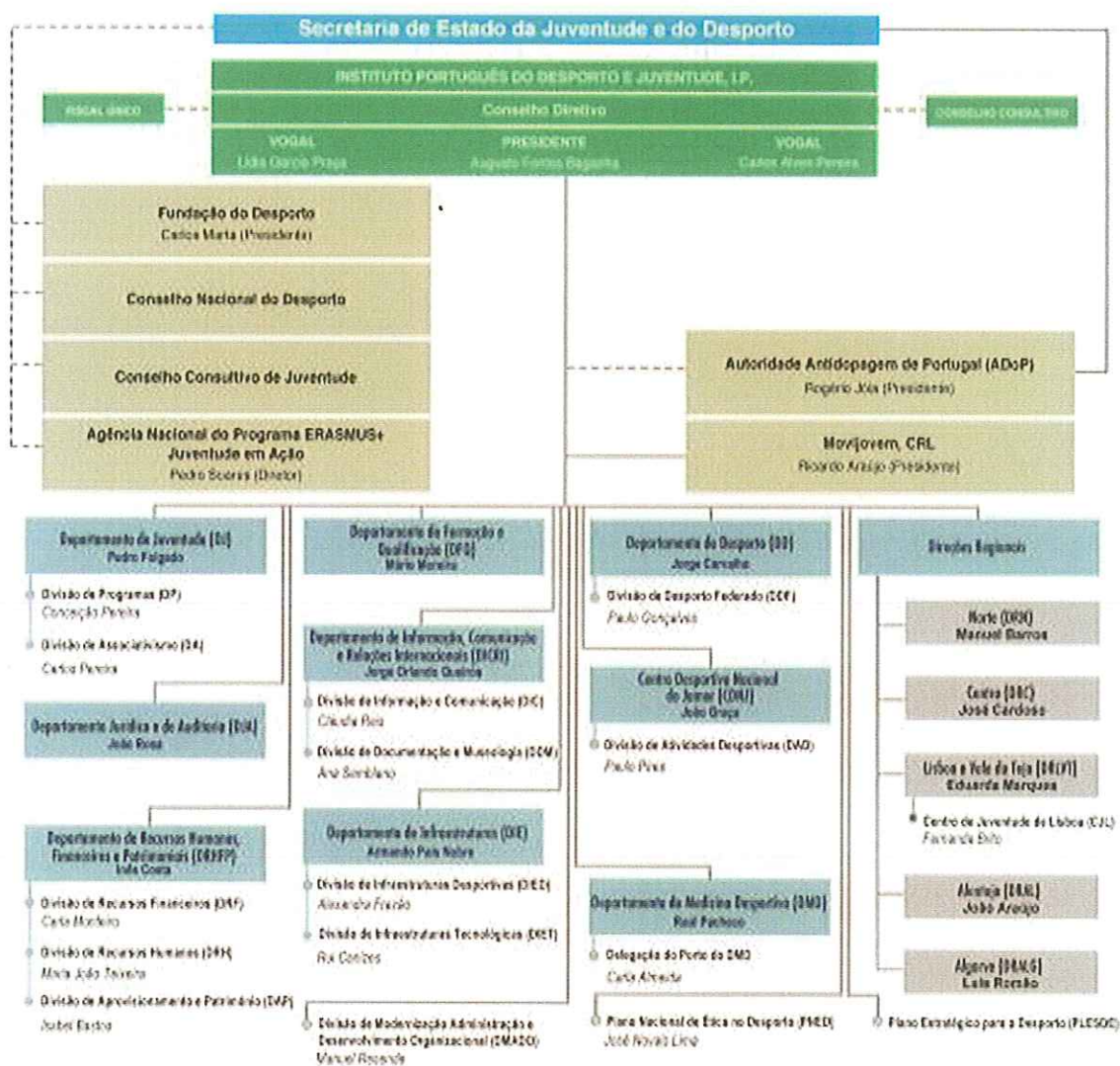
### 8.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

As principais atribuições do Instituto são as seguintes:

- a) Promover a formação e a qualificação dos quadros necessários ao exercício de funções específicas nas áreas do desporto e da juventude;
- b) Assegurar as relações externas, no domínio das políticas do desporto e da juventude, em particular com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- c) Assegurar a realização de ações de informação e sensibilização, no âmbito do desporto e da juventude;
- d) Promover e apoiar, em colaboração com instituições públicas e privadas, a realização de estudos sectoriais e intersectoriais e trabalhos de investigação sobre as áreas do desporto e da juventude;
- e) Assegurar a articulação horizontal entre o IPDJ, I. P., e os diferentes organismos da Administração Pública envolvidos na resposta aos problemas suscitados, na área do desporto e da juventude;
- f) Promover a aplicação e fiscalizar, diretamente ou indiretamente através de pessoas ou entidades qualificadas, o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos, aplicáveis no âmbito das suas atribuições, bem como emitir as autorizações e licenças que lhe estejam cometidas por lei e proceder à emissão de certidões e credenciações legalmente previstas;
- g) Gerir, administrar e conservar as infraestruturas da sua propriedade ou outras que lhe sejam afetas para a prossecução da sua atividade;
- h) Promover de uma forma extensiva, inclusiva e sistemática, junto dos jovens, o conhecimento e acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente através de ações de formação;
- i) Promover, criar e desenvolver sistemas integrados de informação;
- j) Apoiar a execução de programas integrados de construção, beneficiação, ampliação e recuperação de infraestruturas, bem como pronunciar-se sobre as normas relativas a condições técnicas e de segurança, construção e licenciamento;
- k) Solicitar aos serviços e organismos integrados na Administração Pública, em particular às escolas, instituições de ensino superior e a entidades na área da saúde, a informação e a colaboração que considere necessárias;
- l) Promover a instituição de mecanismos de coordenação interministerial.

## Estrutura Organizacional

*Li.*  
*João*



L.  
Joa

#### 8.1.5 RECURSOS HUMANOS

São órgãos do IPDJ, I. P.:

- a) O Conselho Diretivo, composto por um presidente, um vice-presidente e por dois vogais,
- b) O Fiscal Único.
- c) O Conselho Consultivo

No quadro seguinte discrimina-se o número médio de colaboradores, por categoria, ao serviço da IPDJ durante os exercícios de 2015 e 2014:

Cargo/Carreira/Grupo	Nº Médio de Colaboradores	
	2014	2015
Dirigente superior de 1º grau	1	1
Dirigente superior de 2º grau	3	3
Dirigente intermédio de 1º grau	14	15
Dirigente intermédio de 2º grau	15	14
Técnico Superior	137	129
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	153	139
Assistente operacional, operário, auxiliar	46	31
Informático	4	4
Pessoal de Investigação Científica	1	4
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	5	4
Médico	4	4
Enfermeiro	4	2
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	4	4
Avenças/atrefas	102	74

#### 8.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A contabilidade do IPDJ, IP encontra-se informatizada e centralizada na sua sede, quer no que se refere ao processamento, quer no que se refere ao arquivo da documentação.

O IPDJ, IP utiliza um sistema de contabilidade que se enquadra no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e

contabilística em que a maioria dos movimentos contabilísticos patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas.

Este automatismo existe por via de um sistema de equivalências e ligações entre a classificação económica das despesas e receitas e os códigos de contas previstos no plano de contas do IPDJ, IP.

## 8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

### 8.2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da IPDJ mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal e consignados no Plano Oficial de Contabilidade Pública.

A elaboração daquelas demonstrações financeiras assentou, nomeadamente, nos princípios contabilísticos da consistência, da especialização dos exercícios, da prudência, da materialidade e no pressuposto da continuidade das operações.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade acima mencionado. Aquelas cuja numeração é omissa não se aplicam à realidade do IPDJ ou respeitam a fatores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os exercícios de 2015 e de 2014.

### 8.2.2 VALORES COMPARATIVOS

As demonstrações financeiras anexas apresentam valores comparativos face ao ano anterior em todas as contas.

### 8.2.3 CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Os principais critérios valorimétricos e contabilísticos utilizados pelo IPDJ na preparação das suas demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### Imobilizações corpóreas

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo ou valor de mercado, quando aplicável, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, começando a amortização no mês em que o bem inicia a sua utilização e sendo contabilizada por débito na demonstração de resultados de cada exercício. As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, regulamentado pela Portaria nº. 671/2000 de 17 de Abril, e refletem a vida útil estimada dos bens como segue:

<u>Rubrica</u>	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento básico	2 a 8
Equipamento de transporte	4 a 6
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

Os custos de manutenção e reparação que não aumentam os benefícios económicos e/ou a vida útil dos bens de imobilizado são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos bens de imobilizado são determinadas pela diferença, à data da venda, entre o preço de venda e o seu valor líquido contabilístico, sendo registadas na demonstração dos resultados como ganhos ou perdas em imobilizações.

#### Especialização dos exercícios

O IPDJ regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecendo-os à medida que são gerados, independentemente do seu recebimento ou pagamento. As rubricas de “Acréscimos e diferimentos” incluem os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas correspondentes apenas ocorrerão no futuro, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pela parte que lhes corresponde.

#### Financiamento de despesas correntes e de despesas de capital

Os montantes recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício na rubrica de “Subsídios à exploração”, na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no Balanço na rubrica de “Proveitos diferidos”, sendo depois reconhecidos os proveitos em cada exercício, na proporção idêntica aos encargos anuais com a amortização dos bens subsidiados. Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

#### Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



## 8.2.7 MOVIMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi o seguinte:

Rubricas	Ativo bruto			
	Saldo final 31.12.2014	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo final 31.12.2015
<b>Bens de domínio público:</b>				
Terrenos e recursos naturais	-			-
Edifícios e outras construções	-			-
Outras construções e infra-estruturas	-			-
	-	-	-	-
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de Investigação e desenvolv.	-			-
Propriedade industrial e outros direitos	1.097.356,04			1.097.356,04
	1.097.356,04	-	-	1.097.356,04
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais	14.904.101,79			14.904.101,79
Edifícios e outras construções	81.755.353,37	3.207.264,45		84.962.617,82
Equipamento básico	9.294.495,02	258.327,51		9.552.822,53
Equipamento de transporte	789.186,07	8.351,09		797.537,16
Ferramentas e utensílios	15.741,07			15.741,07
Equipamento administrativo	8.990.816,41	454.448,71		9.445.265,12
Outras imobilizações corpóreas	2.110.919,05	233.232,81		2.344.151,86
Imobilizações em curso de imob. corp.	-			-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-			-
	117.860.612,78	4.161.624,57	-	122.022.237,35
<b>Investimentos Financeiros:</b>				
Partes de capital	679.014,28	3.757.565,64		4.436.579,92
Obrigações e títulos de participação	-			-
Outras aplicações financeiras	-			-
	-	3.757.565,64	-	4.436.579,92

Em termos de Imobilizado Corpóreo refira-se que as principais aquisições deste exercício ocorreram na rubrica “Edifícios e Outras Construções” e estiveram relacionadas, essencialmente, com o Complexo Desportivo de Évora - PISTA DE ATLETISMO E CAMPO DE RUGBY ÉVORA (1.603.159 EUR)

Relativamente ao “Equipamento Administrativo” cerca de 208.000 Euros são relativos à aquisição de serviços de consultoria/desenvolvimento e manutenção de Software para o SNID/CDN.

No que respeita às “Outras Imobilizações Corpóreas” elas dizem respeito ao projecto da Carta Desportiva.

Em termos de Investimentos Financeiros, refira-se que esta rubrica expressa as participações Financeiras na Movijovem, Fundação da Juventude e Fundação do Desporto. Recorde-se que a participação na Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação (FDTI) foi entretanto eliminada já que a esta fundação foi extinta.



Em 2015, actualizou-se esta rubrica com a real posição de cada uma das participadas, pelo que o valor de 4.436.579,92 Euros se reparte da seguinte forma:

- Movijovem ..... 3.451.162,40 Eur
- Fundação da Juventude ..... 644.710,51 Eur
- Fundação do Desporto ..... 340.707,01 Eur

Rubricas	Amortizações Acumuladas e Provisões			Saldo final 31.12.2015
	Saldo final 31.12.2014	Reforços	Abates e Alienações	
Bens de domínio público:				
Edifícios e outras construções	-			-
Outras construções e infra-estruturas	-			-
	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de Investigação e desenvolv.	-			-
Propriedade industrial e outros direitos	1.097.356,04			1.097.356,04
	1.097.356,04	-	-	1.097.356,04
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	6.906.628,47	3.125.754,63		10.032.383,10
Equipamento básico	7.730.201,77	377.178,30		8.107.380,07
Equipamento de transporte	532.788,99	2.087,77		534.876,76
Ferramentas e utensílios	15.500,11	240,96		15.741,07
Equipamento administrativo	8.213.224,45	302.871,71		8.516.096,16
Outras imobilizações corpóreas	1.987.170,83	163.652,06		2.150.822,89
Imobilizações em curso de imob. corp.				-
Adiantamentos por conta de imob. corp.				-
	25.385.514,62	3.971.785,43	-	29.357.300,05
Investimentos Financeiros:				
Partes de capital	-			-
Obrigações e títulos de participação	-			-
Outras aplicações financeiras	-			-
	-	-	-	-

### 8.2.31 MOVIMENTO OCORRIDO NA RUBRICA PROVISÕES

Em 2015 foram constituídas provisões para processos judiciais em curso de acordo com as avaliações de risco efectuadas pelo IPDJ e pelos seus advogados, no montante total de 3.259.393 Euros, dos quais 21 mil euros referentes a processos de 2015.

### 8.2.32 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE FUNDO PATRIMONIAL

O movimento ocorrido nas rubricas de fundo patrimonial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi o seguinte:

Código das contas	Designação	Fundo Patrimonial				Saldo final 31.12.2015
		Saldo final 31.12.2014	Aumentos	Diminuições	Aplicação de Resultado	
	Património	87.513.425,49				87.513.425,49
	Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas		3.099.661,32			3.099.661,32
	Reservas livres	-				-
	Subsídios	-				-
	Doações	-				-
	Reservas decorrentes transfº ativos	-				-
	Resultados transitados	3.544.262,87	14.648.891,80	5.068.619,80	2.478.137,84	15.602.672,71
	Resultado líquido do exercício	2.478.137,84	4.837.280,28	2.478.137,84		4.837.280,28
		<u>93.535.826,20</u>	<u>22.585.833,40</u>	<u>7.546.757,64</u>	<u>2.478.137,84</u>	<u>111.053.039,80</u>

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de 2.478.137,84 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados Transitados, que para além disso incorpora o seguinte:

1. Receitas Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ..... 11.554.678,28 Eur
2. Receitas Bingo ..... 515.695,86 Eur
3. Actualização da participação Movijovem a Dez-2014 ..... 3.886.299,20 Eur
4. Provisões p/ Riscos e Encargos ..... 3.259.393,00 Eur
5. Anulação da participação financeira na FDTI ..... 299.278,74 Eur
6. Ajustamentos da participação na Fundação da Juventude ..... 163.416,28 Eur

*Notas:*

1 e 2. *Proveitos de 2014 contabilizados em 2015*

Os 3.099.661,32 Euros reflectidos em "Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas" dizem respeito aos ajustamentos positivos às participações financeiras da Movijovem (2.980.241,60 Euros) e da Fundação da Juventude (579.819,02 Euros), bem como, o ajustamento negativo à participação na Fundação do Desporto (460.399,30 Euros), todos anteriores ao exercício de 2015

Por via desses movimentos os Fundos Próprios passaram de 93.535.826,20 Euros em 2014 para 111.053.039,80 Euros em 2015.

### 8.2.35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor líquido das vendas e das prestações de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Vendas</b>		
Publicações e Impressos	84,90	169,80
Outras	457.568,58	453.600,19
	<u>457.653,48</u>	<u>453.769,99</u>
<b>Prestações de serviços</b>		
Centro de Estágio da Cruz Quebrada	306.994,06	323.350,32
Centro Desportivo da Lapa	2.050,00	2.100,00
Centro Desportivo Nacional do Jamor	1.408.682,62	1.445.846,18
Centro Nacional Medicina Desportiva Lisboa	82.090,45	95.449,95
Centro Nacional Medicina Desportiva Porto	85.535,03	91.463,11
Complexo Desportivo de Lamego		2.547,70
Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo	118.944,01	112.311,33
Direcção Regional do Alentejo	18.335,10	14.172,80
Direcção Regional do Algarve	8.898,80	6.549,80
Direcção Regional do Centro	62.222,32	54.613,00
Direcção Regional do Norte	49.439,19	51.970,96
Laboratório de Análises de Dopagem	323.584,86	403.566,38
Museu Nacional do Desporto	3.447,08	3.162,62
Outras prestações de serviços (*)	591.871,30	51.867.288,03
Jogos Santa Casa	54.858.811,90	
Bingo	1.518.363,14	
	<u>59.439.269,86</u>	<u>54.474.392,18</u>
	<u>59.896.923,34</u>	<u>54.928.162,17</u>

\* Em 2014 inclui as receitas dos Jogos Santa Casa e Bingo

## 8.2.37 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os resultados financeiros decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	31.12.2015	31.12.2014
<b>Custos e perdas</b>			
6.8.1	Juros suportados	14.501,00	534.715,44
6.8.2	Perdas em entidades ou subentidades	44.844,05	-
6.8.3	Amortizações de investimentos em imóveis	-	-
6.8.4	Provisões para aplicações financeiras	-	-
6.8.5	Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
6.8.7	Perdas na alienação de apl. de tesouraria	-	-
6.8.8	Outros custos e perdas financeiros	-	-
		<u>59.345,05</u>	<u>534.715,44</u>
	Resultados Financeiros	<u>192.307,73</u>	<u>(534.715,44)</u>
		<u>251.652,78</u>	<u>-</u>
<b>Proveitos e ganhos</b>			
7.8.1	Juros obtidos	-	-
7.8.2	Ganhos em entidades ou subentidades	251.652,78	-
7.8.3	Rendimentos de imóveis	-	-
7.8.4	Rendimentos de participações de capital	-	-
7.8.5	Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
7.8.6	Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
7.8.7	Ganhos na alienação de apl. de tesouraria	-	-
7.8.8	Outros proveitos e ganhos financeiros	-	-
		<u>251.652,78</u>	<u>-</u>

Os "ganhos em entidades" dizem respeito à quota-parte dos resultados do exercício de 2015 das seguintes entidades:

- Movijovem ..... 200.920,80 Eur
- Fundação do Desporto ..... 50.731,98 Eur

## 8.2.38 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os resultados extraordinários decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	31.12.2015	31.12.2014
<b>Custos e perdas</b>			
6.9.1	Transferências de capital concedidas	-	-
6.9.2	Dívidas incobráveis	-	-
6.9.3	Perdas em existências	-	-
6.9.4	Perdas em imobilizações	-	-
6.9.5	Multas e penalidades	-	-
6.9.6	Aumentos de amortizações e provisões	-	-
6.9.7	Correções relativas a exercícios anteriores	88.836,55	-
6.9.8	Outros custos e perdas extraordinárias	-	1.011.551,40
		<u>88.836,55</u>	<u>1.011.551,40</u>
	<b>Resultados Extraordinários</b>	<u>502.655,94</u>	<u>(455.318,01)</u>
		<u>591.492,49</u>	<u>556.233,39</u>
<b>Proveitos e ganhos</b>			
7.9.1	Restituição de impostos	-	-
7.9.2	Recuperação de dívidas	19.738,27	54.317,60
7.9.3	Ganhos em existências	-	-
7.9.4	Ganhos em imobilizações	-	-
7.9.5	Benefícios de penalidades contratuais	-	-
7.9.6	Redução de amortizações e de provisões	-	-
7.9.7	Correções relativas a exercícios anteriores	422.098,80	501.915,79
7.9.8	Outros proveitos e ganhos extraordinários	149.655,42	-
		<u>591.492,49</u>	<u>556.233,39</u>

Os "Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários" diz respeito às transferências de capital obtidas relativamente aos projectos "Pista de Atletismo e Campo de Rugby" e "Carta Desportiva", nos valores respectivos de 61m e 88m euros.

### 8.2.39 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Para melhor interpretação das demonstrações financeiras, deve ainda ter-se em consideração os seguintes pontos:

#### ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

	<u>Designação</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Saldos devedores</b>			
2.4.1.7	Imposto sobre o rendimento	-	-
2.4.2.1	Retenções de impostos sobre rendimentos	-	-
2.4.3.7	Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
2.4.5	Contribuições para a Segurança social/ CGA/ ADSE	-	5.251,15
2.4.9	Restantes impostos	-	-
		<u>-</u>	<u>5.251,15</u>
<b>Saldos credores</b>			
2.4.1.6	Imposto sobre o rendimento	-	-
2.4.2.2	Retenções de impostos sobre rendimentos	-	160.977,91
2.4.3.6	Imposto sobre o valor acrescentado	82.356,69	-
2.4.5	Contribuições para a Segurança social/ CGA/ ADSE	-	349.482,45
2.4.9	Restantes impostos	-	-
		<u>82.356,69</u>	<u>510.460,36</u>

### ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de Acréscimos e diferimentos decompõem-se como segue:

<u>Designação</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Acréscimos e diferimentos activos</b>		
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	-	-
Subsídios à exploração	-	-
Receitas Bingo	380.000,00	
Receitas Santa Casa	14.097.668,49	531.560,20
	<u>14.477.668,49</u>	<u>531.560,20</u>
Custos diferidos:		
	-	-
	<u>14.477.668,49</u>	<u>531.560,20</u>
<u>Designação</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Acréscimos e diferimentos passivos</b>		
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	1.177.788,46	1.217.766,80
FT a receber 2016	5.535,00	-
	<u>1.183.323,46</u>	<u>1.217.766,80</u>
Proveitos diferidos:		
Subsídios para investimentos	1.535.299,91	3.577.604,02
	<u>1.535.299,91</u>	<u>3.577.604,02</u>
	<u>2.718.623,37</u>	<u>4.795.370,82</u>

Os Acréscimos de Proveitos relativos às receitas da Santa Casa da Misericórdia e do Bingo dizem respeito aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2015 que só irão ser recebidas e facturadas em 2016.

Nos Proveitos Diferidos "Subsídios para Investimentos" está o valor relativo aos projectos da "Pista de Atletismo e Campo de Râguebi" e da "Carta Desportiva SAMA" respectivamente de 1.166.644,86 Euros e 368.655,05 Euros.

### CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os custos com pessoal têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>VAR</u>
<b>Custos com pessoal</b>			
6.4.1 Remunerações dos órgãos directivos	123.482,00	134.472,77	(10.990,77)
6.4.2 Remunerações do pessoal	7.113.589,31	7.591.352,74	(477.763,43)
6.4.3 Pensões	23.205,57	51.885,43	(28.679,86)
6.4.5 Encargos sobre remunerações	1.680.243,51	1.869.885,05	(189.641,54)
6.4.8 Outros custos com o pessoal	69.560,51	474.362,69	(404.802,18)
	<u>9.010.080,90</u>	<u>10.121.958,68</u>	<u>(1.111.877,78)</u>

## FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

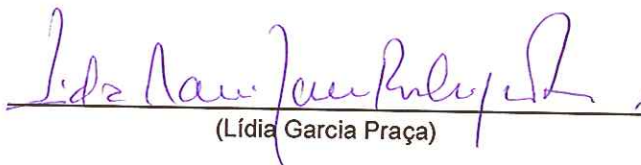
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>VAR</u>
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>			
Electricidade	1.069.508,52	1.203.603,75	-134.095,23
Combustíveis	159.058,33	176.473,04	-17.414,71
Água	284.191,92	345.575,58	-61.383,66
Outros fluídos	325.217,01	344.609,02	-19.392,01
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	428,80	43,98	384,82
Livros e documentação técnica	7.951,92	6.015,88	1.936,04
Material de escritório	86.770,63	82.514,03	4.256,60
Artigos para oferta	23.686,58	31.083,17	-7.396,59
Rendas e alugueres	587.802,74	787.987,23	-200.184,49
Despesas de Representação		12.694,15	-12.694,15
Comunicação	564.604,95	540.027,94	24.577,01
Seguros	98.986,65	115.220,00	-16.233,35
Transportes de mercadorias	20.717,30	24.735,85	-4.018,55
Deslocações e estadas	279.284,76	100.350,22	178.934,54
Comissões	6,15	48.825,66	-48.819,51
Honorários	648.377,18	825.633,73	-177.256,55
Conservação e reparação	1.074.234,72	633.571,13	440.663,59
Publicidade e propaganda	113.375,47	33.485,41	79.890,06
Limpeza, higiene e conforto	878.992,73	725.236,38	153.756,35
Vigilância e segurança	1.101.983,73	1.508.341,26	-406.357,53
Trabalhos especializados	1.034.645,57	916.661,04	117.984,53
Outros fornecimentos e serviços	1.205.129,65	891.620,07	313.509,58
	<u>9.564.955,31</u>	<u>9.354.308,52</u>	<u>210.646,79</u>

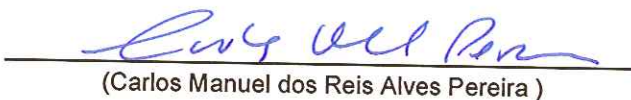
Lisboa, 25 de Maio de 2016

**O Conselho Diretivo**

A Vogal, em substituição do Sr.Presidente

  
(Lídia Garcia Praça)

O Vogal

  
(Carlos Manuel dos Reis Alves Pereira)